

✓ 3. ESCRITURA PARTICULAR
DE EMISSÃO

Ribeirão Preto
Water Park S.A.

Ribeirão Preto Water Park S.A.

3. ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES

RIBEIRÃO PRETO WATER PARK S.A., com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, no km. 311 da Rodovia SP-328, Distrito de Bonfim Paulista, inscrita no C.G.C.M.F. sob o nº 72.991.714/0001-10, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, na qualidade de EMISSORA e assim designada nesta Escritura;

OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 151, grupo 901, inscrita no C.G.C.M.F. sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO e assim designado nesta Escritura; e ainda

MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 6.722 e do CIC nº 197.460.087-49, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 151, grupo 901, na qualidade de representante do AGENTE FIDUCIÁRIO e assim designado nesta Escritura.

As partes acima qualificadas e abaixo assinadas, pelo presente instrumento particular, CELEBRAM a presente ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, aprovada pela unanimidade dos acionistas da EMISSORA, nos seguintes termos:

1. APROVAÇÃO DA EMISSÃO

A presente emissão de debêntures, em quatro séries, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 13 de julho de 1994 e re-ratificada em AGE realizada em 01 de setembro de 1994, a qual será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e posteriormente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia" nos dias 15 de julho de 1994.

1.1 A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para fins de oferta pública.

2. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos captados com a colocação da presente emissão de debêntures destinar-se-ão obrigatoriamente:

- ao pagamento do preço de aquisição do imóvel situado na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, denominado Fazendinha, consistente em uma gleba de terras rurais, com área total de 11,3740 hectares, ou seja 4,70 alqueires paulistas, conforme Contrato Particular de Compromisso de Venda e Compra celebrado entre Sophia Cardoso de Almeida Barbosa de Oliveira e Luiz Albino Barbosa de Oliveira Neto, na qualidade de compromissários vendedores, e DVS EMPREENDIMENTOS E DIVERSÕES LTDA., na qualidade de compromissária compradora, em 17 de agosto de 1993, cujos direitos foram cedidos à EMISSORA em 01 de julho de 1994 através do pertinente instrumento, cujas cópias se encontram anexas à presente como Anexo A;
- ao pagamento da franquia contratada pela EMISSORA, nos termos do "Franchise Agreement" e do "Services Agreement" celebrado entre WETN WILD INTERNATIONAL, INC. e DVS EMPREENDIMENTOS E DIVERSÕES LTDA. em 28 de fevereiro de 1994, cujos direitos foram cedidos à EMISSORA em 28 de fevereiro de 1994 através do pertinente instrumento, cujas cópias se encontram anexas à presente como Anexo B;
- ao reembolso das despesas incorridas por DVS EMPREENDIMENTOS E DIVERSÕES LTDA. para a estruturação do empreendimento, conforme

listagem que se encontra no Anexo C desta Escritura;

d) ao desenvolvimento de um parque aquático, que será construído no imóvel mencionado no inciso (a) acima (o "EMPREENDIMENTO"), cuja certidão de matrícula, com sua descrição, encontra-se no Anexo D desta Escritura.

2.1. O desenvolvimento, a administração e a exploração do EMPREENDIMENTO constitui o único objetivo social da EMISSORA.

2.2. Para os fins de cumprimento das obrigações da EMISSORA constantes desta Escritura, entende-se como TERMO FINAL DO EMPREENDIMENTO o início da operação comercial do parque aquático. Estima-se que o parque aquático esteja em operação em 18 (dezoito) meses após a data de concessão do registro desta Emissão pela CVM. A EMISSORA dará a conhecer aos debenturistas a data do TERMO FINAL DO EMPREENDIMENTO, mediante notificação escrita.

2.3. Os recursos, iniciais captados com a colocação da presente emissão de debêntures somente serão aplicados após a ratificação pelos debenturistas, em Assembleia Geral, das empresas contratadas pela EMISSORA para construir, administrar e operar o EMPREENDIMENTO, ratificação esta que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da integralização da primeira série, nos termos e condições desta Escritura.

3. NEGOCIAÇÃO

As debêntures desta emissão serão registradas para negociação, através do Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

4. VALOR E QUANTIDADE DA EMISSÃO

O valor total desta emissão, na data de emissão, conforme definido no item 6 abaixo, é de R\$ 13.387.390,00 (treze milhões, trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa reais), representada por 4 (quatro) séries de debêntures, totalizando 500 debêntures nominativas, como segue:

1ª série, no montante de R\$ 5.445.520,00 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais), representada por 125 debêntures nominativas, no valor nominal unitário de R\$ 43.564,16 (quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos);

2ª série, no montante de R\$ 3.024.000,00 (três milhões, vinte e quatro mil reais), representada por 125 debêntures nominativas, no valor nominal unitário de R\$ 24.192,00 (vinte e quatro mil, cento e noventa e dois reais);

3ª série, no montante de R\$ 2.720.600,00 (dois milhões, setecentos e vinte mil e seiscentos reais), representada por 125 debêntures nominativas, no valor nominal unitário de R\$ 21.764,80 (vinte e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos); e

4ª série, no montante de R\$ 2.197.270,00 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, duzentos e setenta reais), representada por 125 debêntures nominativas, no valor nominal unitário de R\$ 17.578,16 (dezessete mil, quinhentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos).

5. FORMA E ESPÉCIE

Debêntures simples, nominativas, não conversíveis, subordinadas aos demais credores da EMISSORA.

5.1. Os certificados das debêntures serão emitidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da integralização, sendo o Boletim de Subscrição o documento comprobatório da subscrição e das condições de integralização.

5.2. A EMISSORA poderá emitir, provisoriamente, cautelas que representem as debêntures.

Ribeirão Preto Water Park S.A.

6. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 1º de julho de 1994.

7. VENCIMENTO

O vencimento desta emissão somente ocorrerá nos casos de inadimplimento pela EMISSORA de suas obrigações, nos termos desta Escritura e do parágrafo 3º do Artigo 55 da Lei nº 6.404/76, ou no caso de dissolução da EMISSORA. Não haverá resgate antecipado.

8. FATOR DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL

As debêntures desta emissão terão seu valor nominal atualizado, a partir da data de emissão, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - série r - (IPC-r), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na forma da lei.

9. CONDIÇÕES DE COLOCAÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

9.1 As debêntures da primeira série desta emissão serão colocadas de imediato pela EMISSORA, devendo ser integralizadas no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após a subscrição integral das debêntures. As demais séries serão colocadas pela EMISSORA nos seguintes prazos, devendo ser integralizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a subscrição das debêntures, em data a ser fixada pela EMISSORA:

2ª série: 60 (sessenta) dias a contar da data de integralização total da 1ª série, e somente no caso de a 1ª série ter sido totalmente integralizada;

3ª série: 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de integralização total da 1ª série, e somente no caso de a 2ª série ter sido totalmente integralizada;

4ª série: 335 (trezentos e trinta e cinco) dias a contar da data de integralização total da 1ª série, e somente no caso de a 3ª série ter sido totalmente integralizada.

9.2 O preço a ser pago pelos subscritores pelas debêntures, na data de integralização, corresponderá ao Valor Nominal Unitário das debêntures, atualizado de acordo com o item 8 acima.

9.3 Em não havendo subscrição da totalidade da primeira série de debêntures desta emissão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua colocação, fica vedado à EMISSORA receber qualquer montante a título de integralização, reservando-se o direito de suspender a operação de colocação, sem qualquer ônus para si ou seus administradores.

9.4 Em não havendo integralização de qualquer das séries desta emissão, será vedado à EMISSORA receber os valores correspondentes à integralização das séries seguintes.

9.5 A não integralização das debêntures nas respectivas datas sujeitará o subscritor a multa equivalente a 10% (dez por cento) do montante devido, além de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês.

9.5.1 O subscritor que não integralizar as debêntures, nas condições estabelecidas nesta Escritura, ficará de pleno direito constituído em mora, podendo a EMISSORA, a sua escolha, (i) promover contra o subscritor processo de execução para cobrar as importâncias devidas, servindo o Boletim de Subscrição como título extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil, ou (ii) vender as debêntures a terceiros, mediante notificação com 10 (dez) dias de antecedência. A EMISSORA poderá também promover a cobrança judicial se as debêntures oferecidas a terceiros não encontrarem tomador ou se o preço apurado não bastar para pagar os débitos do subscritor.

9.5.2 Se optar pela venda de tais debêntures a terceiros, a EMISSORA dará prioridade aos demais subscritores na sua aquisição, na proporção relativa de sua participação na respectiva série. Os critérios de colocação no mercado serão livremente estabelecidos pela EMISSORA, que os dará a conhecer, de maneira ampla, aos titulares das debêntures e a terceiros investidores.

10. CONTROLE DOS RECURSOS

10.1. Os recursos oriundos da integralização das debêntures da presente emissão ficarão sob controle do AGENTE FIDUCIÁRIO, de acordo com as seguintes regras:

- a) Os fundos, inclusive aqueles necessários ao cumprimento do disposto nos incisos (a) e (b) do Capítulo 2 desta Escritura, enquanto não ocorrer a ratificação prevista no item 2.3, serão depositados junto ao BANCO NORCHEM S.A., uma instituição financeira com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, 1842, Torre Norte, 13º andar, inscrita no C.G.C.M.F. sob o nº 46.570.388/0001-67 (o "DEPOSITÁRIO"). Os fundos depositados passam a ser denominados "Fundos em Depósito".
- b) O DEPOSITÁRIO, de conformidade com as instruções do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá investir os Fundos em Depósito em títulos do Governo Federal e títulos de renda fixa do Banco NorChem S.A., Banco Creditanstalt S.A. - BBA, Banco Votorantim S.A., Banco Fibra S.A., Banco Credibanco S.A., Banco de Crédito Nacional S.A. - BCN, Banco Multiplic S.A., Banco Safra S.A., Banco Credit Commercial de France S.A. - CCF, Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, Banco Braseg S.A., Citibank, N.A., First National Bank of Boston, Lloyds Bank plc, Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Nacional S.A., Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Francês e Brasileiro S.A. - BFB, Banco Sudameris Brasil S.A., Banco Real S.A. e Banco Crefisul S.A. e/ou em outros títulos que vierem periodicamente e alternativamente a ser indicados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.
- c) Os Fundos em Depósito serão aplicados por períodos mensais, salvo se diferentemente acordado entre o DEPOSITÁRIO e o AGENTE FIDUCIÁRIO.
- d) Quando do recebimento pelo DEPOSITÁRIO de instruções conjuntas do AGENTE FIDUCIÁRIO e da empresa que vier a ser contratada pela EMISSORA para administrar o EMPREENDIMENTO (a "ADMINISTRADORA"), o DEPOSITÁRIO liberará o montante dos Fundos em Depósito a que expressamente aludem tais instruções, às pessoas expressamente indicadas nas mesmas.
- e) Toda instrução deverá ser datada e assinada por representantes autorizados do AGENTE FIDUCIÁRIO e da ADMINISTRADORA, devidamente reconhecidos pelo DEPOSITÁRIO, e deverá compulsoriamente observar os prazos de resgate das aplicações.
- f) Toda e qualquer modificação do AGENTE FIDUCIÁRIO ou da ADMINISTRADORA deverá ser prontamente comunicada ao DEPOSITÁRIO.
- g) Na hipótese de mudança da ADMINISTRADORA ou do AGENTE FIDUCIÁRIO, o DEPOSITÁRIO deverá ser prontamente notificado por escrito, tendo o direito de renunciar as suas funções.
- h) O DEPOSITÁRIO, para renunciar a suas funções, deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO e a ADMINISTRADORA, renúncia esta que se tornará eficaz se as obrigações do

Ribeirão Preto Water Park S.A.

DEPOSITÁRIO deixarão então de existir), quando da nomeação pelo AGENTE FIDUCIÁRIO do seu substituto e pela entrega dos Fundos em Depósito a esse substituto.

- i) Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não indique substituto no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do DEPOSITÁRIO, na forma do disposto acima, sua renúncia se tornará automaticamente eficaz ao término de aludido prazo, ficando desde já autorizado o DEPOSITÁRIO a colocar os Fundos em Depósito à disposição do AGENTE FIDUCIÁRIO em conta-corrente, sem rendimento de qualquer natureza e sem qualquer outra obrigação por parte do DEPOSITÁRIO.
- j) Pelos serviços prestados o DEPOSITÁRIO fará jus a uma remuneração, a ser paga pela EMISSORA, equivalente a R\$ 3,00 (três reais), corrigidos anualmente pela variação do IPC-r, aplicados sobre as ordens de movimentação destinadas à pagamentos a terceiros.
- l) O DEPOSITÁRIO fica desde já autorizado a resgatar parte das aplicações efetuadas com os Fundos em Depósito, para satisfazer sua remuneração, na hipótese de esta não vir a ser paga no prazo de 15 (quinze) dias da data da correspondente fatura.
- m) A EMISSORA desde já se obriga a isentar e a indenizar o DEPOSITÁRIO por todo e qualquer ônus ou obrigação decorrente do presente Capítulo ou resultante das transações objeto deste Capítulo que possam recair sobre o DEPOSITÁRIO, exceção feita àquelas que resultem de culpa ou dolo do DEPOSITÁRIO.

10.2 Tão logo os debenturistas sejam notificados do TERMO FINAL DO EMPREENDIMENTO, nos termos do item 2.2, a EMISSORA enviará ao AGENTE FIDUCIÁRIO, o qual, por sua vez, submeterá à aprovação dos debenturistas, nos termos do item 15 desta Escritura, procedimentos operacionais estabelecendo regras de gestão de recursos para a fase operacional do EMPREENDIMENTO.

11. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

11.1. A partir da data de emissão e até a data do TERMO FINAL DO EMPREENDIMENTO, as debêntures desta emissão farão jus a juros anuais de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro-rata temporis", que se agregarão anualmente ao valor nominal. Para os efeitos deste dispositivo, o ano será computado como sendo de 360 dias.

11.2. A partir da data do TERMO FINAL DO EMPREENDIMENTO, as debêntures terão rendimento equivalente a 100% do resultado líquido da EMISSORA, conforme definido no Artigo 187, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dividido por tantas quantas forem as debêntures em circulação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Rd = RL/ND$$

Onde:

Rd = Valor de remuneração de cada debênture apurado mensalmente com base em balancete com todas as características do balanço geral e paga até o último dia útil do mês seguinte ao da respectiva apuração.

RL = Resultado Líquido da EMISSORA apurado mensalmente conforme definido no Artigo 187, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

ND = Número de Debêntures em circulação da data da apuração do resultado.

11.2.1 A remuneração prevista neste Capítulo será paga aos debenturistas a partir do momento em que a exploração econômica do EMPREENDIMENTO, ao qual se destinam os recursos desta emissão, estiver gerando receitas operacionais, desde que atendidos todos os dispositivos legais e regulamentares referentes à presente emissão.

11.3. A remuneração estabelecida no item 11.2 acima será apurada mensalmente, com base em balancete com todas as características de balanço geral, e deverá ser paga até o último dia útil do mês seguinte ao da respectiva apuração.

11.4. O pagamento da remuneração será efetuado utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema.

11.5. A falta de pagamento pela EMISSORA nas datas contratuais implicará na imposição de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o total vencido e não pago, além de juros de 1% (hum por cento) ao mês, sem prejuízo do direito de o AGENTE FIDUCIÁRIO declarar o vencimento antecipado das debêntures na forma do disposto nesta Escritura.

11.6. A partir da data em que qualquer valor for colocado à disposição do debenturista, a EMISSORA não pagará qualquer outro montante além daquele previsto no item 11.2, quer a título de correção monetária, juros e outros encargos, cabendo única e exclusivamente ao debenturista a responsabilidade pelo efetivo recebimento dos valores a que faz jus.

11.7. Todos os compromissos, procedimentos e operações da EMISSORA deverão ser auditados semestralmente por empresa de auditoria independente registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários. Os relatórios produzidos por tal empresa de auditoria independente deverão ser submetidos à apreciação do AGENTE FIDUCIÁRIO e e ficarão à disposição dos debenturistas na sede da EMISSORA.

12. PRÊMIO

12.1. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data do TERMO FINAL DO EMPREENDIMENTO, apurar-se-á o saldo do caixa existente em poder da EMISSORA, deduzidos os montantes referentes aos custos e despesas de funcionamento e, eventualmente, dos impostos incidentes sobre as receitas de eventuais aplicações financeiras, que será distribuído aos titulares das debêntures da presente emissão, a título de prêmio, dividido por tantas quantas forem as debêntures em circulação.

12.2. O pagamento do prêmio será efetuado utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema.

12.3. A falta de pagamento pela EMISSORA do prêmio, se existente, implicará na imposição de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o total vencido e não pago, além de juros de 1% (hum por cento) ao mês, sem prejuízo do direito de o AGENTE FIDUCIÁRIO declarar o vencimento antecipado das debêntures na forma do disposto nesta Escritura.

12.4. A partir da data em que qualquer valor for colocado à disposição do debenturista, a EMISSORA não pagará qualquer acréscimo, quer a título de correção monetária, juros e outros encargos, cabendo única e exclusivamente ao debenturista a responsabilidade pelo efetivo recebimento de tais valores.

13. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes das debêntures desta emissão e de interesse dos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados a todos os debenturistas pela EMISSORA, através de publicações efetivadas nos mesmos jornais onde seus atos societários estarão sendo publicados.

Ribeirão Preto Water Park S.A.

14. AGENTE FIDUCIÁRIO

14.1 O AGENTE FIDUCIÁRIO representará os titulares das debêntures desta emissão, e, para tanto, será, por si e seus representantes, proprietário de todas as ações preferenciais emitidas pela EMISSORA.

14.2 O AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que:

- a) aceita a presente nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar o(s) titular(es) das debêntures desta emissão perante a EMISSORA;
- b) exercerá suas funções de forma a cumprir com o disposto nos Artigos 68 e 69 da Lei nº 6.404/76, assim como os Artigos 12 e 13 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, que declara conhecer;
- c) não tem qualquer impedimento legal para sua nomeação, na forma do que dispõe o parágrafo terceiro do Artigo 66 da Lei nº 6.404/76;
- d) declarará, anualmente, quando da elaboração do Relatório Anual, sua aptidão para continuar no exercício de suas funções;
- e) firmará, se necessário, juntamente com a EMISSORA, qualquer aditivo à presente Escritura que tenha por finalidade propiciar a sua averbação junto ao competente Registro de Imóveis;
- f) dará conhecimento de todos os procedimentos de interesse da comunhão dos debenturistas, através de comunicação, por escrito e sob protocolo, ou, nessa impossibilidade, através de avisos publicados nos jornais onde os atos societários da EMISSORA estejam sendo publicados;
- g) tem conhecimento de todos os direitos inerentes à titularidade das ações preferenciais de emissão da EMISSORA, constantes do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas celebrado em 01.07.94, cuja cópia, rubricada pelas partes, fica fazendo parte integrante da presente Escritura como Anexos E e F.

14.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, por deliberação da assembleia dos debenturistas, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação. Na hipótese de o AGENTE FIDUCIÁRIO não poder exercer as suas funções por motivos supervenientes, deverá comunicar imediatamente aos debenturistas, pedindo a sua substituição.

14.3.1 Em caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, este se compromete desde já, de forma irrevogável e irretratável, a transferir, e fazer com que sejam transferidas, a quem os debenturistas indicarem, a totalidade das ações preferenciais, de emissão da EMISSORA, servindo a presente Escritura como procuração irrevogável e irretratável, nos termos do Art. 1317 do Código Civil Brasileiro.

14.4. O AGENTE FIDUCIÁRIO, no exercício de suas funções, é responsável pelos prejuízos que causar, por culpa ou dolo, aos debenturistas

14.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO, pelo exercício de suas funções, perceberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), sendo que a primeira parcela deverá ser paga no dia 1º de julho de 1994 e as demais no 1º dia dos meses subsequentes, a título de implantação dos serviços. Se a assinatura desta Escritura for anterior ao pagamento da última parcela deste item, 05 (cinco) dias úteis após a referida assinatura se dará o pagamento do saldo restante das parcelas previstas neste item;
- b) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) cada uma, vencíveis a primeira no primeiro dia do mês seguinte ao da obtenção do registro da emissão perante a CVM, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes.
- c) As parcelas anuais antecipadas a serem pagas a partir de 1997, inclusive, serão de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) cada uma, vencíveis nos mesmos dias e meses dos anos anteriores;

d) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada uma, devidas a cada nova emissão de debêntures da EMISSORA, no caso do AGENTE FIDUCIÁRIO vir a ser representante dos debenturistas de todas as emissões junto a EMISSORA, vencendo-se a primeira parcela 05 (cinco) dias úteis após a assinatura desta escritura, e as demais nos mesmos dias dos anos subsequentes.

e) As parcelas dos itens "a", "b" e "c" e "d" acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, a partir de 1º de julho de 1994 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata" dia se necessário, ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IGP-M do mês anterior. Após a criação do real, as parcelas permanecerão sendo corrigidas pelo IGP-M, na forma dos dispositivos legais vigentes;

f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.

g) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

14.6. Todas as despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no exercício de suas funções, na proteção dos interesses e direitos dos debenturistas, ou na realização de seus créditos, serão de responsabilidade exclusiva da EMISSORA, que se obriga a efetuar o pagamento no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados da entrega dos respectivos comprovantes, atualizado pelo IGP-M, calculado "pro-rata temporis" até a data do efetivo reembolso.

14.6.1 As despesas acima mencionadas compreendem, dentre outras, despesas (i) com expedição de cartas, extração de certidões e locomoção; e (ii) despesas com viagens e estadias.

14.6.2 As despesas referentes a (i) qualquer publicação efetuada no cumprimento desta Escritura; e (ii) eventuais levantamentos adicionais ou especiais que vierem a ser imprescindíveis para os debenturistas e necessários para esclarecer omissões e ou obscuridades nas informações prestadas pela EMISSORA, serão pagas diretamente pela EMISSORA.

14.7. Todas as despesas com procedimentos legais e administrativos que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

14.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO, em caso de inadimplemento da EMISSORA, e desde que não haja manifestação em contrário dos debenturistas, declarará antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes desta Escritura e exigirá indenização da EMISSORA, consistente no pagamento imediato pela EMISSORA do valor nominal atualizado das debêntures, nos termos do item B, acrescido de juros, se for o caso, calculado "pro-rata temporis", sendo esta declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação extrajudicial à EMISSORA, através de Cartório de Títulos e Documentos na ocorrência dos seguintes eventos:

Ribeirão Preto Water Park S.A.

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) declaração de falência da EMISSORA;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura ou em seu Estatuto, não sanada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação da mora que lhe for enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, através de Cartório de Títulos e Documentos.

14.9. O AGENTE FIDUCIÁRIO se compromete, por si e seus representantes, a exercer os direitos inerentes à titularidade das ações preferenciais, de emissão da EMISSORA, estritamente de acordo com as instruções dos debenturistas, comprometendo-se a não alienar e tampouco onerar aludida participação societária sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas.

14.10. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá indicar dois representantes para serem eleitos como membros do Conselho de Administração da EMISSORA. A obrigação assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e expressa no item 14.8 acima é extensível a estes seus representantes, que deverão firmar o correspondente compromisso em forma e substância aceitáveis para os debenturistas, assumindo, inclusive, a obrigação constante do item 14.3.1.

14.11. Previamente à manifestação do AGENTE FIDUCIÁRIO e de seu representante sobre qualquer das matérias listadas no Parágrafo 2º do Artigo 5º do Estatuto Social da EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar uma assembleia de debenturistas, observadas as disposições do Capítulo 15 abaixo, para submeter a matéria à apreciação dos debenturistas. A deliberação dos debenturistas sobre a matéria submetida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO será final e vinculativa à deliberação a ser tomada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO na respectiva Assembleia de Acionistas titulares de ações preferenciais a ser realizada pela EMISSORA.

15. ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares de debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse de comunhão dos debenturistas.

15.1. A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pela CVM ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por iniciativa própria ou a requerimento de debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação.

15.1.1. A convocação da assembleia dos debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contando o prazo da publicação do primeiro anúncio. O anúncio poderá conter aviso de segunda convocação, prevendo uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias a contar da data em que a assembleia deveria ter sido instalada em primeira convocação.

15.2. Aplicam-se às assembleias de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre Assembleia Geral de Acionistas. A Assembleia se instalará, em primeira convocação com a presença de debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, deliberando por maioria dos titulares de debêntures presentes, exceção feita ao disposto no item 15.5.

15.3. Para fins de computação dos votos nas assembleias de debenturistas, cada debênture corresponderá a um voto.

15.4. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à assembleia dos debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

15.5. Nas assembleias gerais de debenturistas, as deliberações abaixo deverão contar com o voto do percentual igualmente indicado abaixo:

- (i) 51% (cincoenta e um por cento) das debêntures em circulação;

a) substituição do membro do Conselho de Administração indicado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

b) instalação do Comitê Supervisor e indicação da maioria de seus membros;

c) voto do AGENTE FIDUCIÁRIO, constante do Acordo de Acionistas a que alude o item 14.2(g), sobre resolução da Assembleia Geral dos acionistas da EMISSORA que deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício ou sobre política de dividendos, inclusive sobre a distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório;

(ii) 80% (oitenta por cento) das debêntures em circulação;

a) direito de veto do AGENTE FIDUCIÁRIO, constante do Acordo de Acionistas a que alude o item 14.2(g), sobre resolução da Assembleia Geral dos acionistas da EMISSORA que deliberar sobre a alienação, aquisição ou oneração de quaisquer bens imóveis constantes do ativo imobilizado da EMISSORA;

b) direito de veto do AGENTE FIDUCIÁRIO, constante do Estatuto Social da EMISSORA, de qualquer alteração do mesmo, inclusive referente a emissão de valores mobiliários, a incorporação, cisão ou transformação, dissolução ou liquidação da EMISSORA.

(iii) 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação;

a) toda e qualquer alteração das condições pactuadas nesta Escritura.

16. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

Constitui ainda obrigação da EMISSORA:

a) colocar, até 05 (cinco) dias úteis antes do término do mês seguinte, cópia de seus balancetes mensais à disposição do AGENTE FIDUCIÁRIO;

b) colocar à disposição do AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término de cada exercício social, as demonstrações financeiras completas, relativas a esse exercício social, devidamente auditadas;

c) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

d) submeter à anuência prévia do AGENTE FIDUCIÁRIO todos os contratos e operações da EMISSORA, bem como todo e qualquer pagamento que vier a ser efetuado pela EMISSORA;

e) prestar qualquer informação disponível e pertinente que lhe venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

f) permitir que o AGENTE FIDUCIÁRIO visite qualquer de suas dependências e, inclusive, o EMPREENDIMENTO;

g) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

h) manter em adequado funcionamento o Comitê Supervisor, se e quando instalado, nos termos de seu Estatuto Social;

i) desenvolver, administrar e explorar única e exclusivamente, nos termos do objeto social, o EMPREENDIMENTO, vedada qualquer outra atividade não relacionada a suas atividades principais.

17. TOLERÂNCIA

A eventual tolerância, tácita ou expressa, com qualquer infração ou descumprimento das disposições desta Escritura, sejam principais ou acessórias, em hipótese alguma configurará renúncia a essas disposições e/ou disposições correlatas, ou novação deste contrato, podendo, a qualquer momento, ser exigido o cumprimento das disposições descumpridas.

Ribeirão Preto Water Park S.A.

18. FORO

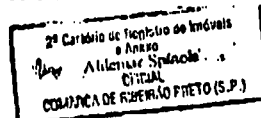
Elegem as partes o foro central da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir as dúvidas decorrentes desta Escritura, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

da EMISSORA. O AGENTE FIDUCIÁRIO ou qualquer debenturista poderá promover os registros e averbações previstos em lei e sanar as lacunas e irregularidades porventura existentes nos registros promovidos pelos administradores da EMISSORA, às expensas da EMISSORA.

19. REGISTRO

A presente Escritura será inscrita no registro de imóveis do lugar da sede

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam a presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com o Banco NorChem S.A, este por sua qualidade de DEPOSITÁRIO, na presença das duas testemunhas abaixo, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores.



São Paulo, 01 de Julho de 1994.

EMISSORA: RIBEIRÃO PRETO WATER PARK S.A.

AGENTE FIDUCIÁRIO: OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

REPRESENTANTE DO AGENTE FIDUCIÁRIO: MAURO BÉRGIO DE OLIVEIRA

DEPOSITÁRIO: BANCO NORCHEM S.A.
WANDERLEY ANTONIO SILVA - RONZO CHIARELLA



Testemunhas:

1. Nome: José José Gomes
R.G.: 7.311.876
C.I.C.: 999.858.88-04

2. Nome: João da F. C. Sousa Gervasio
R.G.: 11.058.221
C.I.C.: 032.746.708-86

RECEBIMOS DO AGENTE FIDUCIÁRIO OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, em nome do BANCO NORCHEM S.A., a presente Escritura de Emissão de Debêntures, datada de 01 de Julho de 1994, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com o BANCO NORCHEM S.A., este por sua qualidade de DEPOSITÁRIO, na presença das duas testemunhas abaixo, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores.

30. CARTARIO REGISTRO CIVIL TOBIAQUEIRO :
 Av. Nova Independência, 51 Fone: 531.5744 :
 RECONHECER por semelhança a firma de :
 JOSELI DE FATIMA CUNHA SOARES ETERNO :
 São Paulo, 30 de Setembro de 94 :
 EM TESTEMUNHO DO JESUITA :
 ALCEIR BATISTA CORREIA - ESCRIVÃO :
 Total Custas R\$1000,00 :
 036307-00743102775035-12

130. CARLOS ROBERTO CIVIL (BIRAPUEVA)
 Av. da Independência, 51 Fone: 533.5744
 RECONHECO por verdadeira firma do
 PRIMEIRO ATOPO FERRAZ
 São Paulo, 25 de Setembro de 94
 EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 ENCERRADO AQUI O SELO ESCRITANTE
 Total Custas R\$ 7.150,00, 94
 1035216/001315216/001-12